



VOLTA PARA TUA TERRA! OS DILEMAS DO REGRESSO AO TERRITÓRIO E ÀS MEMÓRIAS NA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE AUTORIA AFRODESCENDENTE NOS CONTEXTOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS

LIZ MARIA TELES DE SÁ ALMEIDA (IFBA)

Professora de Linguagens do Instituto Federal da Bahia (campus Paulo Afonso). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena NEABI/IFBA/campus Paulo Afonso. Doutorada em Literatura (Universidade de Évora); Mestre em Estudo de Linguagens (Universidade do Estado da Bahia – UNEB – campus I). Graduada em Letras Vernáculas (Universidade do Estado da Bahia, campus XXI). Membro do Centro de Estudos em Letras (CEL-UÉ – Universidade de Évora); Team member dos projetos GENORE – Gender, Normativity, Representations (CEC/Universidade de Lisboa) e Discursos do Memorialista e a construção da História (CEC/ULisboa).

RESUMO

Em 2020, a ativista afro-brasileira, Vilma Piedade, criou um neologismo a partir da junção de dois termos que figuraram na ordem do dia no debate entre as feministas negras: “dororidade”. Nascido da aglutinação entre “sororidade” e “dor”, nomeia, no ponto de vista filosófico da intelectual, essa aproximação entre mulheres negras a partir das dores que lhe são transversais. Neste trabalho – cujo objetivo encerra-se em analisar duas narrativas atravessadas pela dor, principalmente, pela dor provocada pelo mal de ausência das memórias afetivas entre as protagonistas Rísia e Vitória, suas mães e o passado que ambas tentam recuperar por meio do regresso aos seus lugares de origem – verifica-se que a dor é o mote para o périplo existencial e geográfico impulsionador das narrativas *As mulheres de Tijuapapo* (1982) e *Essa dama bate búé!* (2017). Ambas as obras convergem, dentre outros lugares, para um passado recobrado a partir de memórias marcadas por guerras enfrentadas pelas antepassadas das protagonistas, mas também pela infância, pelos deslocamentos, etc. Nessas narrativas, o passado é dado na perspectiva da pós-memória (Hirsch, 2008; Walter, 2011; Ribeiro, 2020), como uma memória de segunda ordem, herdada (Carmo, 2015), adotada (Hirsch, 2008) a partir dos traumas transgeracionais. E, o trabalho criativo das autoras Marielene Felinto e Yara Monteiro serão examinados à luz do conceito de trabalho cultural (*cultural labor*) debatido por Sarah Brouillette (2014).

Palavras-chave: Regresso. Autoria afrodescendente. Pós-memória. Marielene Felinto. Yara Monteiro.

ABSTRACT

In 2020, Afro-Brazilian activist Vilma Piedade coined a neologism by combining two terms central to the debate among Black feminists: *dororidade*. Born from the fusion of *sororidade* (sisterhood) and *dor* (pain), the term – from the intellectual’s philosophical perspective – designates the bond formed between Black women through the pain that cuts across their lives. This study analyzes two narratives shaped by pain – specifically the pain arising from the absence of affective memories connecting the protagonists, Rísia and Vitória, to their mothers and the pasts they seek to reclaim by returning to their places of origin. It reveals that pain serves as the catalyst for the existential and geographical journeys driving the narratives of *As mulheres de Tijuapapo* (1982) and *Essa dama bate búé!* (2017). Both works converge on a past recovered through memories marked not only by the wars faced by the protagonists’ female ancestors but also by childhood experiences, displacements, and more. In these narratives, the past is presented through the lens of post-memory (Hirsch, 2008; Walter, 2011; Ribeiro, 2020) – as a second-order memory that is inherited (Carmo, 2015) or adopted (Hirsch, 2008) from transgenerational traumas. Furthermore, the creative work of authors Marielene Felinto and Yara Monteiro is examined in light of the concept of „cultural labor“ as discussed by Sarah Brouillette (2014).

Keywords: Return. Afro-descendant authorship. Post-memory. Marielene Felinto. Yara Monteiro.



1. A escrita criativa de autoria afrodescendente: silêncio, invisibilidades, resistência

Marilene Felinto e Yara Monteiro são mulheres cujas biografias confundem-se com as das personagens nos aspectos supracitados, por carregarem um passado marcado pela migração, a primeira, de Angola para Portugal, ou de Huambo para Lisboa; a segunda, do Nordeste para o Sudeste brasileiro. Não se encerram aqui as aproximações entre as autoras, as suas obras literárias surgem num contexto estimulado por um conjunto de políticas públicas nacionais¹ e globais² que favoreceram as suas publicações. E aqui, vale lembrar a intelectual afro-americana bell hooks (2019), quando critica o potencial interesse pelas produções de mulheres negras, alegando que estas já escreviam há muito tempo e denunciando que o que lhes faltava era o interesse do mercado editorial em transformar os seus trabalhos em uma “nova mercadoria”. hooks levanta aqui um dos impasses que justifica a entrada tardia dessas autoras no mercado literário, questiona o número muito aquém daquelas que conseguem se publicar, se comparado a um já potencial “mercado para ficção escrito por mulheres negras” existente. No entanto, essa existência “não significa necessariamente que estejam efetivamente tentando encontrar mais material de mulheres negras, que mulheres negras estejam escrevendo muito mais do que antes, ou que é de algum modo mais fácil para escritoras negras desconhecidas encontrarem formas de publicar seu trabalho” (hooks, 2019, p.289). O outro impasse está relacionado com o que apontou Sarah Brouillette (2014, p.10):

Escritores e artistas não-brancos ou de “minorias étnicas” têm sido frequentemente sobrecarregados pela noção de que devem articular uma comunidade aparentemente íntegra e orgânica. Sua obra é compreendida como o desdobramento inocente de seu pertencimento a essa unidade integral e, enquanto emanção de uma cultura específica, presume-se que capture a sua essência³.

Quando esse mercado à serviço da indústria criativa absorve uma pauta fundamental – as narrativas escritas por homens e mulheres negras contando, a partir de outros pontos de vista, diversas

1 No caso do Brasil, a criação da Lei nº 10.639/2003 – em meio a outras ações afirmativas implementadas como políticas públicas governamentais por uma secretaria de Igualdade Racial - que versa em torno do ensino de história e cultura africana nas escolas públicas foi determinante para modificar o cenário do incentivo à produção, publicação, divulgação, popularização e acesso à/da produção literária de autoria afrodescendente (hoje também nomeada como literatura negro-brasileira) e começou a responder às demandas de movimentos políticos e sociais que reclamavam ausências de afrodescendentes em muitas instâncias de representação.

2 No caso de Portugal, as questões em torno da afrodescendência, identidade, sociabilidades e representações dessa população ganharam força com os desdobramentos da Conferência de Durbin, na África do Sul, em 2001, quando muitos países assinaram compromissos para combater a intolerância, o racismo, a xenofobia e violências correlatas. Uma iniciativa gerada após esta conferência que teve um impacto mais significativo na ampliação deste debate no meio acadêmico, associativista e político foi a Década do Afrodescendente da ONU (2014-2023) que propôs de maneira mais enfática, a criação de políticas de reconhecimento e valorização do legado da população afrodescendente em diáspora.

3 *‘Ethnic’ or ‘minority’ writers and artists have often been burdened by the notion that they should articulate an ostensibly whole and organic community. Their work is understood as the innocent ‘outgrowth’ of their belonging to that integral unity, and, as the emanation of a particular culture, their work is presumed to capture its essence.*



histórias que já conhecemos, apontando novas estratégias, novos assuntos literários, com propósitos exclusivamente mercadológicos, tende a essencializar essa produção criativa forçando-a a tornar-se voz de toda uma comunidade, a despeito das idiossincrasias que possuem. A problemática apontada por Brouillette (2007) deve ser seguida da argumentação que faz sobre o fato de que os autores pós-coloniais têm contornado a política desse mercado com alguma agência que os desloca do lugar de vítima do grande mercado de produção cultural. Muitas autoras afrodescendentes têm apresentado resistência quando são convidadas a escrever sobre pautas mais específicas orientadas para a comunidade negra, como o racismo⁴, ou quaisquer outras que faça mais sentido para o setor e menos para o livre imaginar destas. Uma questão nevrálgica para autonomia que o processo criativo exige, afinal, uma carreira bem-sucedida é a que busca inclinações criativas sem preocupações com as demandas do mercado (Brouillette, 2009, pp.142, 143).

A literatura produzida por mulheres afrodescendentes tem suscitado tais contradições do mundo criativo. Esses mecanismos de controle que ainda margeiam o caminho da publicação para muitas dessas autoras têm um outro efeito também preocupante que diz respeito às estratégias para conseguir se publicar. Algumas autoras têm buscado um mercado – no sentido dado por Pereira e Coutinho (2021), cujas “práticas editoriais priorizam a bibliodiversidade na busca por alternativas mercadológicas que não coloquem o lucro como principal finalidade” – independente, alternativo, para financiar suas próprias publicações. No entanto, em muitos casos, só conseguem resposta de editoras alternativas, cuja lógica ainda está ancorada no grande mercado editorial, porém apresenta-se como possibilidade financeiramente acessível. Contudo, custam, por vezes, a qualidade estética necessária para fazer circular uma obra. A partir disso, teremos uma gama de publicações, algumas meritórias do ponto de vista do fundo, mas cuja forma é prejudicada pela falta de revisão ou de um trabalho gráfico mais cuidadoso⁵. Sem contar que a divulgação e circulação dessas obras fica a encargo, por vezes, das próprias escritoras, o que garante um alcance muito precário. Nesse contexto, é preciso destacar que a narrativa da Felinto vai ser reivindicada pela crítica negra somente trinta anos após a sua publicação no Brasil. Levamos esse mesmo tempo para acompanhar vozes narrativas de mulheres afrodescendentes em Portugal, como a de Yara Monteiro, insurgirem. Aproximo-as pelas diferenças de processos criativos distintos, por suas escolhas narrativas, mas também, por suas biografias serem atravessadas pelas sequelas do colonialismo a partir da perspectiva da dominação e da exploração de sujeitos afrodes-

4 Há uma entrevista com a escritora portuguesa de origem angolana Djaimilia Almeida em que a mesma fala sobre as dificuldades que teve ao longo do seu processo criativo para pautar os temas que lhe apeteçam e não temas que o mercado define como relevantes mirando potenciais leitores que se identifiquem com a identidade étnica da autora. Pode ser lida em https://www.youtube.com/watch?v=O2JleB6s-zo&t=3253s&ab_channel=imoreirasalles. Na mesma revista pode ser encontrado um ensaio-manifesto da autora intitulado “O que é ser uma escritora negra hoje de acordo comigo” no qual desenvolve questões apontadas nessa entrevista concedida à escritora Stephanie Borges (Serrote, n.41, 2022).

5 Em Portugal, poderia dar exemplo de duas jovens autoras cujas narrativas são fundamentais para pensar a produção literária de autoria afrodescendente, cujos textos mereciam mais cuidado no processo editorial, pois são imprescindíveis para pensar o debate acerca das identidades no país: Telma Tvon, com *Um preto muito português* e Patrícia Moreira, com *Novas Identidades portuguesas*, ambas as ficções foram publicadas pela Chiado Books.



centes nos antigos espaços coloniais e nos atuais territórios das metrópoles coloniais de outrora.

2. A memória como testemunho de uma origem

Considero, para pensar essas narrativas, o prisma da pós-memória por considerar marcante o desejo de justiça à memória familiar traduzido pela narração de ambas as protagonistas. Elas emprestam suas vozes no processo de resgate dessa memória fruto da experiência, “fonte a que recorrem todos os narradores” (Benjamin, 1987, p.198), também porque acentua o “caráter político de memória” visto que incorre “em uma postura de testemunho de gerações que atrasam sua herança ou mesmo a negam” (Carmo, 2015, p.175). Neste sentido, o gesto literário de Felinto e de Monteiro pode ser inscrito como testimonial de um tempo em que mulheres negras ainda precisam lutar contra a colonialidade do poder (Quijano, 2005, p.117) travestida na precariedade neoliberal que as afastam da investida numa carreira literária, e quando o fazem, são igualmente repelidas dos circuitos literários que legitimam esse tipo de escritura. Benjamin (1987, p.203) afirma que a “cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão [para isso] é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações”. Em ambas as narrativas aqui em discussão, é a imprecisão sobre os fatos, nomeadamente acerca do passado das protagonistas, que definirá o tom do conflito. Essas, por sua vez, nascem da autodeterminação de duas mulheres que regressam aos seus lugares de origem com o propósito de escavar memórias do passado capazes de lhes auxiliar, no presente, nos seus processos de construção de um pertencimento com os lugares para os quais foram destinadas a viver, a saber, São Paulo, no Sudeste brasileiro e Lisboa, na capital portuguesa.

O regressar das personagens são sub-rogados do regressar das suas autoras, visto que dos centros urbanos de onde escrevem, o exercício laboral que escolhem (jornalismo; escrita ficcional, o trabalho cultural de um modo geral) ainda é privilégio daqueles que estão próximos à indústria cultural ou aos espaços em que essa indústria funciona à plenos pulmões. Os lugares de origem de ambas as autoras, o Nordeste brasileiro e uma província angolana, continuam sendo zonas bastante mitigadas para quem escolhe viver do jornalismo e da literatura. O drama ficcional, aquilo que impele o deslocamento das protagonistas, ainda é um problema nas sociedades referidas. São duas narrativas sobre regresso, não apenas ao lugar de origem, mas a um passado original que é costurado a partir dos fragmentos de memória recuperados e respondem efetivamente fechando as conjecturas deixadas nas histórias pessoais das protagonistas. Convém, resgatar o argumento de Brouillette (2017, p.2)⁶ de que

é que os aspectos materiais de um texto — incluindo seu formato, capa, embalagem e tipografia, bem como o campo geral em que se insere, composto pelas instituições de produção, difusão e recepção literárias — são mais do que mero contexto para a concepção e a realização da obra⁷.

6 “is that the material aspects of a text, including its format, cover, packaging, and typography, as well as the general field in which it is situated, comprised of the institutions of literary production, dissemination, and reception, are more than merely context for the work’s conception and realization”

7 Para tal, baseia-se no que defenderam Jerome McGann (1991) e D.F. McKenzie (1986).



O êxodo urbano e o contexto migratório, representados por mulheres da diáspora, constituirão respostas distintas à desigualdade combinada a que estão submetidas em seus espaços. Por assim dizer, assumo a premissa do Coletivo Warwick (2020, p.52) de que a noção de “desigualdade combinada” rejeita a ideia de que “a ‘globalização’ é uma maré levantando todos os barcos” e que o “‘mundo’ da literatura-mundial seja “um campo nivelado pela igualdade”, um espaço mais ou menos livre no qual os textos de todo o globo possam circular, se cruzar e conversar uns com os outros” (WReC, 2020, p.52). Tal rejeição pressupõe que devemos assumir que se parte de lugares muito distintos, nem todos os barcos são levantados da mesma forma pela maré, alguns precisam ser “levantados do chão”, conforme aludiu o escritor português José Saramago (1980). Na verdade, a conversa entre textos e, como aqui proponho, entre autoras, dá-se pelo menos pelo fenômeno da Globalização e mais pelos efeitos que escancararam as marginalidades vividas por afrodescendentes como forças resultantes e persistentes de antigos processos coloniais.

As duas narrativas aqui em análise podem ser lidas como uma atitude política, uma vez que na perspectiva da pós-memória, revisitam antigos impérios, sequelas e fantasmas deixados por estes. *As mulheres de Tijucopapo* e *Essa dama bate bué!* são narrativas de autoras que procuram lugar em sistemas literários que não as inclui, a saber, o brasileiro e o português, em enredos que pesam o exercício da nostalgia como “a looking back upon the past with the hope of finding an identity that, never having really existed, is still the only source of support for a present subjectivity” (González, 1995, p.138). São livros para serem lidos como objetos de memória das “identidades herdeiras dos processos coloniais” (Ribeiro, 2019, p.292) de fenômenos resultantes das desigualdades produzidas nestes processos, dos quais os exílios e as migrações apresentam-se como legado, sobretudo para sujeitos afrodescendentes. É fundamental relacionarmos o regresso enquanto deslocamento inescusável para recompor as memórias do passado; e o comprometimento com o registro da memória herdada, enquanto testemunho de sujeitos de uma história não contada.

3. Regressar para construir a pertença: Marilene Felinto e *As Mulheres de Tijucopapo*

As mulheres de Tijucopapo foi lançado pela jornalista Marilene Felinto, no ano de 1982, e apesar da juventude da autora, 25 anos, aquando desta primeira publicação, a obra é apresentada para o público com o prefácio assinado pela filósofa Marilena Chauí e tem orelha elaborada pelo crítico José Miguel Wisnik. Entretanto, nem mesmo o prenúncio dessas vozes consagradas conseguiram garantir a visibilidade do surgimento de Felinto como escritora no contexto literário brasileiro. E, somente nos últimos anos, após revisões intencionais provocadas por feministas negras e pesquisadoras, nas universidades, com o intuito de levantar as contribuições das mulheres negras brasileiras no âmbito literário, é que o nome de Felinto volta a figurar na cena literária, bem como, novas edições do seu livro inaugural regressam às prateleiras das livrarias para conhecimento do público. A obra de Felinto expõe a realidade de uma trajetória de escrita literária de mulheres negras obnubilada pelo sistema



literário que, por não as incluir, construiu uma narrativa em que essas foram deixadas de parte do sistema literário nacional.

O peso da escrita de Felinto tem consequências políticas. Em sua biografia, é público o episódio em que foi demitida de um importante jornal de notícias do país, após fazer uma matéria de grande repercussão na ocasião da eleição do primeiro presidente operário da história do Brasil. Apesar da continuidade do seu trabalho literário, Felinto não é inserida numa genealogia literária brasileira. É o revisionismo da história da produção literária de mulheres negras, impulsionado pela lei de nº 10.639/2003⁸, que reclama esta e outras ausências no sistema literário nacional. A resposta do mercado editorial a essas publicações, na última década, veio com alguma celeridade, graças a um conjunto de outras autoras que conseguiram pavimentar este caminho assegurando que em território nacional havia um público ávido por ler o que produziam⁹. A relevância de *As mulheres de Tijucopapo* dá-se não apenas por assinalar mais uma autora negra silenciada no sistema literário brasileiro, mas também, porque alude, por meio do seu enredo, a um fato marginalizado da história oficial brasileira, a batalha de Tejucoapapo¹⁰ (ou batalha do Monte das Trincheiras). A narrativa conta que após longos dias de caminhada partindo de São Paulo e já chegando à Tijucopapo, em Pernambuco, Rísia avistou mulheres montando cavalos. Na imagem das Amazonas preparadas para a batalha, a protagonista enxerga a coragem daquelas, como o legado que gostaria de ter herdado das mulheres da sua família. Confrontar essa lembrança abala a posição hierárquica do que representaria sua mãe, nas suas memórias de dor e sofrimento na infância. Por não ter obtido a proteção esperada da sua progenitora nesta fase da vida, Rísia tenciona inverter a situação reivindicando as Amazonas como suas ancestrais. É o esquema que constitui a “unidade mínima” da memória no qual a “memória mediatiza transformações espaciais” em que o *kairós* - momento oportuno - produzirá uma ruptura instauradora (Certeau, 1990, p.161). Tijucopapo é o lugar das memórias da infância. Esse espaço cuja lembrança da dor esteve instalada por décadas na vida da protagonista, tem sua ordem modificada pela imagem reconstruída de suas ancestrais a partir da presença daquelas mulheres defendendo corajosamente uma “causa

8 As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 regulamentaram o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, respectivamente, no sistema educacional brasileiro. As leis, hoje consideradas um marco nos rumos que a educação nacional tomou nas últimas décadas, estabeleceram uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação garantindo ao estudante brasileiro um conhecimento aprofundado sobre sua própria história desde o ponto de vista de povos e comunidades que estiveram na fundação do país antes e depois do período colonial, todavia, tiveram suas histórias, culturas e contribuições suplantadas por um projeto de educação que privilegiou exclusivamente a Europa, e a cultura do colonizador.

9 Nesse processo, destacaria algumas vozes como Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves e Conceição Evaristo através dos *Cadernos Negros*, do coletivo Quilombhoje (Disponível em <https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>), uma iniciativa alternativa de publicação, que há quatro décadas, ininterruptamente, faz circular essas produções. Para extrapolar os limites do mercado editorial alternativo e alcançar mais pessoas e outras regiões, essas autoras precisam entrar no grande mercado e, muitas vezes só conseguem fazê-lo após construírem uma carreira acadêmica que lhes gere legitimidade para tal. Portanto, as iniciativas coletivas e a persistência desta cena foi fundamental para alcançarmos a cena da literatura afrobrasileira (ou negro-brasileira) tal qual vamos encontrar hoje, de forma mais acessível nos espaços das grandes editoras. Todavia, faz-se necessário dizer que mesmo o público consumidor desses autores foi também forjado antes por essas iniciativas alternativas ao grande mercado.

10 TAVARES, V. (2020), *Dia Internacional da Mulher: As Mulheres que Derrotaram Soldados Holandeses em Pernambuco com Água Fervente e Pimenta*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51761283>. Acesso 10 Set. 2021.



justa” e coletiva:

Então saíram as mulheres. Umas dez. Eu pude vê-las pela janela montando o lombo de cavalos sem sela. Havia mulheres assim, então, a minha herança, mulheres que não fossem a minha mãe. Eram mulheres de cabelos grossos como cordas arrastando pela crina do cavalo. Eram umas mulheres que eu vira nascer, só podia ser. Só podiam ser. Naquele meu livro, um livro de escola, um livro com uma figura vermelha a lápis de cera, era? Uma paisagem? Uma paisagem revolucionária de mulheres guerreiras. (...) E eu que já estava em Tijucopapo. (Felinto, 1982, p.128)

A lembrança recuperada por Rísia faz alusão à batalha de Tejucopapo. Em 1646, dezesseis anos após a Holanda ter invadido o território pernambucano no Nordeste brasileiro, um contingente de soldados holandeses planejaram saquear a vila de São Lourenço de Tejucopapo em busca de comida. Visando obter êxito na empreitada, escolheram um dia de domingo, quando a maioria dos homens da localidade estaria ausente, pois, era costume, semanalmente, neste dia, saírem para a capital, Recife, com objetivo de comercializar os produtos agrícolas e frutos das pescarias realizadas na vila. Apesar da ausência de grande parte da população masculina do vilarejo, as mulheres organizaram-se¹¹ e munidas com paus, panelas, pimenta, água fervente e outros utensílios improvisados para o combate, conquistaram a vitória expulsando os holandeses da vila. O número reduzido de armas de fogo e a maioria de mulheres liderando (Maria Quitéria, Maria Camarão, Maria Clara e Joaquina) e fazendo oposição aos holandeses configuraram menor relevância ao caráter bélico deste conflito, todavia, não impediu a vitória da população local e a perpetuação na narrativa oral valorizando o gesto heroico daquelas mulheres. Também elas se encarregaram de levar adiante esta narrativa. Contudo, o silêncio subsumido do fato pela história oficial configura uma “negação de base colonial, patriarcal e sexista” (Silva and Lage, 2017) a que foram submetidas, num processo de subalternização, a despeito do feito grandioso implementado.

Se vida e obra podem tocar-se, aqui seria possível registrarmos que esta “negação de base colonial” é a mesma utilizada para colocar ressalvas na obra de autoras afrodescendentes como Felinto e afastarem do cânone uma produção literária assentada em fortes elementos regionais, que dialogam com a história da construção nacional, trazendo outras visões tendencialmente omitidas. A história de Tejucopapo foi escrita em 1648 na obra *O Valoroso Lucideno* do frei português Manuel Calado e sobreviveu a partir da oralidade, de geração em geração, entre os locais. A tradição oral garantiu o não arquivamento da narrativa e, por conseguinte, o não estancamento da performance (Zumthor,

11 [...] aquelas valorosas mulheres, com varonil ânimo, vendo o perigo que corria sua honra e vida, e de seus maridos e filhos, tirando força de fraqueza, acudiram àquela parte aonde tinha aberto o pontilho, com dardos, chuços e paus tostados, e outras armas, e defenderam e impediram a entrada, e todas a um tempo chamaram pelo Santos Mártires Cosme e Damião, que as socorreram em tão estreita necessidade. Caso milagroso! que, tanto que invocaram o Santos Mártires, deram os nossos trinta mancebos uma surriada no inimigo por um lado com suas espingardas, o qual suspeitando que aos cercados lhes vinha socorro, desistiu da empresa, e, apesar da sua soberba, se retirou fugindo [...] (Santiago *apud* Silva and Lage, 2017, p.7).



2018, p.258), sobretudo em função da realização de espetáculos que narram a batalha, protagonizada por mulheres locais, até os dias atuais. Neste sentido, aponto a relevância da narrativa de Felinto em tê-lo recuperado a partir de nova perspectiva e como pano de fundo da sua obra inaugural, e assim, dar a conhecer o episódio por meio de um outro gênero literário, a prosa, aos novos leitores. Na narrativa, Rísia inicia uma imersão na sua própria história recobrando as dolorosas relações amorosas e familiares que lhe fizeram desistir da vida na capital paulista. Rísia decide voltar à cidade onde nasceu sua mãe, Tijucopapo, num regresso que acaba por ser um mergulho em si, a partir de um monólogo desenvolvido consigo mesma por nove meses na estrada até o seu destino no interior pernambucano. E para livrar-se da culpa, o exílio, pois há na terra que não se conhece a promessa de liberdade, após encontrar-se com a própria história e confrontar-se com o passado abandonado desde o deslocamento para São Paulo, numa altura em que se fugia da pobreza extrema de recursos materiais e de afetos. A vida na megalópole ampliou seu repertório de dor e abandono de tal maneira que somente o regresso representava saída:

Rísia compreendeu que é preciso partir de outra maneira – a pé, na margem da estrada, ou no lombo duma égua desembestada – sabendo para onde vai. Partir para poder voltar. Virar o desamor e a solidão em paisagem de fogo – mudo desenho para que a miséria, aquela que cala fundo, vociferando, se mude em revolução. (Chauí, 1982, p.11).

Destaco que não apenas as protagonistas são mulheres da diáspora, suas autoras também o são. Marilene Felinto é uma mulher negra brasileira, nordestina, que constrói sua carreira profissional no Sudeste do país, a despeito do fato de que nas suas áreas de atuação, como jornalista ou escritora, não vislumbramos destacada presença de mulheres negras. Existir enquanto mulher negra e nordestina no Brasil é saber-se descendente da diáspora africana que resultou da colonização, e legou - neste território repartido e estruturado racial e economicamente de formas tão desiguais - a necessidade de deslocamento para garantir a sobrevivência, e aceder melhores condições de vida e trabalho. Haja vistas para as regiões mais periféricas do Brasil que tiveram a precariedade mais acentuada por fenômenos naturais como as grandes secas (1934, 1963, 1979), além de um crescimento massificado nos centros urbanos, sobretudo nas décadas de 1980, 1990, que provocaram fenômenos migratórios do Norte e Nordeste para outras regiões formando verdadeiras comunidades diaspóricas etnonacionais (Butler and Domingues, 2020, p.4) no sudeste brasileiro. No excerto, Rísia compartilha com a sua interlocutora Nema o seu sentimento ante o deslocamento da sua família do Nordeste para o Sudeste:

Desgraça. Em 1969, Natal, nos retiramos das praias ainda maravilhosas de Boa Viagem. Boa Viagem da incendiada e alagada Recife de entre-rios. Da Recife coitada. Nós batemos em retirada no meio de porcos e galinhas e pedaços de tapioca amanhecida, entre catabios e sacolejos de um pau-de-arara, para um hotel imundo no São Brás apodrecendo de São Paulo enquanto papai, o louco, alugava um porão qualquer onde nos socar. E isso não é apenas mais uma história. Isso não é porra nenhuma de somente mais uma história. Nos retiramos das praias ainda maravilhosas de Boa Viagem para o



Brás apodrecendo de São Paulo, repito. Repito que foi coisa de deixar a paisagem que é um mar para bater os olhos nos fundos de um hotel do Brás onde um homem se masturba num tanque de lavar roupa. (...) Nem mesmo a maçã. A maçã que se dizia haver em São Paulo como só há no paraíso. Nem a maçã eu provaria. (Felinto, 1982, p.75)

“Ninguém sabe melhor que tu, sábio Kublai, que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve”, introduz Ítalo Calvino (2015, p.71) em *As cidades invisíveis*. Essa dimensão da discrepância entre o real e o imaginário sobre São Paulo é o que Rísia tenta descrever para Nema. A opulência marcada pela “dura poesia concreta de suas esquinas” (Veloso, 1978) contrastando com a insignificância daquela jovem obrigada ali a recomeçar em condições muito degradantes, mas cuja promessa de prosperidade que as grandes cidades encerram, atenuava a perda da natureza idílica, metáfora do território deixado para trás. O estranhamento de Rísia não fora dissipando ao longo dos anos. Décadas depois, a sentir-se uma estrangeira no próprio país, fora conduzida pela condição exílica pulsante (Nous, 2016), e regressou à Tijucopapo para confrontar-se com os seus fantasmas do passado. O regresso não devolve à Rísia um sentido de pertença a um único lugar, todavia, a coloca de forma frontal com uma força manifestada pelo desejo de vingança, mas também por um ativismo e vontade de revolucionar para vingar suas perdas. Ter deixado o seu lugar de origem devido à pobreza extrema, presenciar a resiliência de sua mãe ante as violências físicas e psicológica vividas, perceber-se num ciclo de sofrimento e dor que pareciam atravessar gerações e acompanhá-la em sua existência, foram experiências que estão na origem do desajuste de Rísia com São Paulo.

Regressar, portanto, soou como a única alternativa para encontrar com essa outra que ela poderia ter sido. Ao fazê-lo, Rísia coloca a pauta da mulher sertaneja, da revolução, da guerra, da diáspora, denuncia as desigualdades a que estão sujeitos os corpos femininos negros no Brasil profundo, no qual, um conjunto de opressões que atravessam essas mulheres, produzem desigualdades sociais e acentuam a marginalização da mulher nordestina de forma secular. Aqui, mais uma vez, vida e obra tocam-se. Marilene Felinto coloca-se no jornalismo e na vida literária como uma mulher nordestina que migrou em busca de melhores oportunidades, e assim como Rísia, não se furta em denunciar as marginalidades a que estão submetidas as mulheres da sua região de origem ao longo dos tempos. Assim sendo, quando Rísia conclui dizendo “ser marginal é para quem pode” (Felinto, 1982, p.37), enfatiza que para muitos sujeitos, ainda que desejem, ainda que tenham consciência da opressão que os mantém nesse lugar, contrapor o sistema que os oprime não é uma escolha, é um privilégio que muitos não podem alcançar, diferente do que pregavam os poetas e artistas da cultura marginal – que se opunham à Ditadura militar brasileira – sob o conhecido epíteto do artista Hélio Oiticica (1968) “seja herói, seja marginal”.

Através de Rísia, Felinto questiona um lugar de poder, afinal, quem pode questionar sistemas hegemônicos? Quem pode falar em sistemas patriarcais? Uma mulher negra poderia? A resposta a sua ponderação veio mais tarde na vida pessoal. Após escrever pautas contundentes e críticas quanto às várias formas de exclusão social, na década de 1990, e associá-las à classe média e aos valores defen-



didados por esta para manutenção de relações, foi punida pela direção do jornal em que trabalhava. A jornalista demitiu-se uma década depois, em razão de ter escrito uma matéria comemorando a vitória do candidato Lula à presidência do Brasil, em 2002. Acusada de proselitismo político, a quebra do silêncio custa-lhe caro.

Trata-se de um silêncio coletivo, se considerarmos as raras vozes femininas e negras que conseguem aventurar-se no mundo literário e alcançar um espaço para publicação de suas narrativas. No entanto, quando o movimento de impulsionar escritas e leitura de autoras negras é iniciado no Brasil, na segunda metade da última década, impulsionados lei nº 10.639/2003, um verdadeiro *boom* de produções literárias emergem. Novas autoras são convidadas a contar suas histórias e, o mais curioso foi acompanhar a reedição de autoras negras que tendo publicado ao seu tempo, não conseguiram quaisquer tipos de projeção que as permitissem serem incluídas nos compêndios literários e nas listas dos exames nacionais (Maria Firmina dos Reis, 1859; Carolina Maria de Jesus, 1960). Portanto, essa verborragia, que surge do silêncio imposto, é comum na obra de muitas dessas autoras. Por exemplo, a forma com que Rísia narra passagens do seu exílio em São Paulo, assim como o seu regresso à Tijuapapo traduzem a raiva contida pelos silenciamentos. O uso insistente pelas reticências registra uma necessidade de falar, como alguém que esteve por muito tempo impedida de dizer e agora diz, num fluxo de consciência, mas há sempre mais por dizer. Cabocla, de origem miscigenada entre índio e negro, pai ateu e mãe cristã, Rísia personifica um *mix* de identidades que condena um sujeito à marginalidade numa sociedade como a brasileira. Ao realizar suas digressões para rememorar a sua origem familiar, afirma “me sinto como uma árvore, me sinto raiz, mandioca saindo da terra” (Felinto, 1982, p.36). A memória da árvore produzida por Rísia, é de um tubérculo cujas raízes não se fixam à terra, mesmo porque, para consumi-la, é preciso retirar toda a planta. Essa metáfora traduz o sentimento de desterritorialização da protagonista que verá o regresso como hipótese de justiça para recompor ou reconstruir a identidade fraturada pela omissão, pelo silenciamento imposto, pelo não reconhecimento e pelos deslocamentos que a imputaram um absentismo nas memórias da própria história para além da dor.

4. A busca de si no regresso: Yara Monteiro e *Essa dama bate bué!*

Antes de falar da pulsão de retorno da personagem Vitória Queiroz, convém falar da pulsão que desloca a própria autora Yara Monteiro. Em sua publicação portuguesa inaugural, vivendo no Alentejo, reconhece que teve seu processo de escrita criativa motivado ao refletir a própria identidade, no Brasil, país que viveu, e onde também teve pela primeira vez a sua africanidade questionada. A autora publica em 2018 pela jovem editora portuguesa, *Guerra e Paz*, num momento de crescente interesse do mercado pela narrativa de mulheres negras. Todavia, em Portugal, não havia sido construída uma genealogia literária¹² que apresentasse um movimento ou tradição da escrita de mulheres negras.

12 ROLDÃO, C. (2019), “Feminismo negro em Portugal: falta contar-nos”, *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/18/culturaipsilon/noticia/feminismo-negro-portugal-falta-contarnos-1857501>. Acesso em 11 Out. de 2022.



Isso pode explicar, por exemplo, a repercussão que o seu livro ganha no Brasil – onde este movimento já havia sido feito – antes mesmo de sua narrativa ter sido publicada¹³. No entanto, os esforços para recuperar o legado e a contribuição dos afrodescendentes em Portugal gerou um conjunto de trabalhos¹⁴ que vem mostrando que pessoas negras escreviam aqui desde as primeiras expressões literárias, como o cordel¹⁵. Também as publicações de jovens autores com Djaimilia Almeida, Yara Monteiro, Kalaf Epalanga, Ricardo Adolfo, Aida Gomes, Telma Tvon estimularam pessoas afrodescendentes – para as quais a identidade, mas também o território é uma questão – a falar e escrever desde os seus lugares na sociedade portuguesa¹⁶. Portanto, no processo de escrita criativa de Yara Monteiro veremos que retornar à Angola para contar desde lá a história de uma mãe que lutou na guerra civil e de uma filha que sob dois territórios não conseguia se sentir pertencer, é parte de um reconhecimento de uma escrita que se apresenta diaspórica e que, por isso mesmo, reivindica a ambivalência desse lugar e de uma textualidade que só pode ser contada a partir da confluência da história entre dois espaços, dois países e dois territórios.

Embora seja também portuguesa, tenha publicado e subscrito sua narrativa no sistema literário português, há alguma resistência por parte da crítica em receber essa produção textual nesse sistema literário. Com frequência, essa e outros autores afrodescendentes, mesmo os já nascidos em Portugal, são deslocados para sistemas literários outros. Esse mecanismo de “despiste”, que não é novo, segundo Cruz (2020), foi responsável por construir no sistema literário um cânone isento de outras corporeidades, etnias e identidades em Portugal. Destaco que apesar de ter publicado por uma relevante editora, sua obra inaugural tem circulado muito por meio do seu empenho pessoal para difundi-la¹⁷ seu próprio trabalho nas redes sociais, em páginas da *internet*, mas também em eventos acadêmicos e científicos. Sua comunidade de leitores tem sido ampliada pelos seus esforços de divulgação, bem como por trabalhos acadêmicos produzidos desde o Brasil, por interessados nas relações diaspóricas e nos fluxos literários atlânticos. Em 2021, Monteiro teve seu livro ficcional traduzido para cinco línguas, além de publicar ao mesmo tempo um, já premiado, livro de poemas. Monteiro tem, junto com outros autores afrodescendentes, desafiado o cânone português pelo *modus operandi* com que escolhe integrar o campo literário nacional – ampliando “o cânone dessa descrição social e política ao trazer outros espaços e outras pessoas, ou seja, apela às outras topografias onde a história desse mesmo

13 Ver Sarteschi (2019) na revista Via Atlântica (Revista da Universidade São Paulo), *Literatura contemporânea de autoria negra em Portugal: Impasses e Tensões*.

14 Ver CRUZ, E. I. (2021) and VARELA, P.; PEREIRA, J. A. (2020).

15 Ver TINHORÃO, J. R. (2019).

16 Patrícia Moreira (*Novas Identidades Portuguesas*, 2020), Nuna (*Mariele e o dia da Fotografia*, 2022), Sandra Baldé (*Para que fique bem escurecido*, 2021), Carla Fernandes (*Uma visita inesperada*, 2022); Raquel Lima (*Ingenuidade, Inocência, Ignorância*, 2019), Carla Fernandes, Carla Lima, Carlos Graça, luZGomes, Cristina Carlos, Apolo de Carvalho, Té Abipiqueerst Té, Danilson Pires (*Antologia Djuidiu: a herança do ouvido*), Alice Neto, entre outros.

17 AfroEuropeans Lisboa, Mulherio das Letras, 2019.



Ocidente também decorreu” (Ribeiro, 2019, p.292). E essa ampliação dar-se-á por diversas frentes, uma dessas seria na manipulação da linguagem. Vê-se, desde o título da obra, no qual um elemento de oralidade, o vocábulo *bué* (modificador de intensidade, equivalente a muito), é mantido para marcar uma influência africana no vernáculo português:

(...) de certa forma representa uma ocupação linguística, porquê? Por que *bué* foi uma das palavras do kimbundu, uma das línguas nativas angolanas que entrou no dicionário português. Isso para mim representa uma ocupação linguística, até porque durante o processo da colonização em Angola, Portugal proibiu que as pessoas falassem as línguas do país como kimbundu e umbundo. (MONTEIRO, n.29, junho 2022)

Segundo Vasile (2021, p.244), a ruptura provocada no sistema literário português por uma autora portuguesa de ascendência angolana “coloca em questão a pouca relevância da nacionalidade para a escrita destas histórias e a necessidade de expansão do cânone”. Eu diria, ao contrário do que aponta Vasile, que a nacionalidade no seu sentido lato é uma questão fundamental na motivação da escrita dessas obras, a ponto de ser posta em questão através dos dilemas apresentados no conflito que estão diretamente relacionados aos símbolos que configuram o que é ou não ser um nacional ou pertencer a uma nação, a saber: a língua, o território, a cultura, a política, a história, *etc.* O regresso de Vitória à Angola, mas também o de Yara Monteiro, por meio da sua literatura, ocorrem numa busca por um sentido de pertença (ou de uma angolanidade, mas também uma portuguesidade) que só pode ser alcançado na confluência das histórias, lugares e memórias que forjaram o que elas hoje são. Não por acaso, *Essa dama bate bué!* é introduzido com a protagonista afirmando seu lugar enquanto mulher negra que reclama sua ancestralidade. “Chamo-me Vitória Queiroz da Fonseca. Sou mulher. Sou negra” (Monteiro, 2018, p.9). Não raro, a primeira memória da personagem será a de uma árvore, uma imagem simbólica que a vincula à terra - cujos rizomas dispersos precisarão ser unidos a partir do seu regresso à Angola, no território em que pela última vez esteve com sua ancestral. Angola é o regresso impossível de Vitória, é também território identitário pelo qual sua mãe escolheu lutar e defender durante as lutas de libertação. Esse ponto de vista adotado por Monteiro para dar um tratamento literário ao assunto da guerra colonial, aproxima-se do que fez Margarida Paredes no livro *Combater duas vezes: mulheres na luta armada de Angola* (2015), no sentido em que torna visível o protagonismo feminino em conflitos armados cruciais para libertar o país do colonialismo português. Esse ponto também é passível de aproximação com a autora portuguesa de origem angolana, Djaimilia Almeida em *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2018) porque ambas, enquanto herdeiras dessas memórias, apontam as consequências do processo de descolonização por meio da guerra tanto para os que migraram depois disso (retornados, imigrantes, exilados *etc.*), quanto para os que ficaram no país já independente.

Na narrativa, um episódio marca a ruptura de um vínculo familiar no qual uma mãe deixa uma filha bebê aos cuidados dos avós, porque precisa envolver-se no conflito armado em prol da luta pela libertação. É preciso frisar que os processos de descolonização dos países africanos foram também violentos e deixaram sequelas não superadas até o presente. No caso angolano, nota-se, especialmente a partir da narrativa, que as migrações geradas pelo contexto de conflito e também pela falta de condições de vida, após sucessivos séculos de exploração colonial, quantificaram verdadeiros êxodos para os países que outrora foram as antigas potências imperiais¹⁸. Esse fato justifica, inclusive, essa geração de

18 Para dados e detalhes acerca desses deslocamentos ver o trabalho de Antonieta Rosa Gomes (2019, p.20) “Os Afrodes-



afrodescendentes a habitar Portugal pelas mãos dos quais uma pós-memória tem sido construída por meio da ficção literária, são os chamados espólios¹⁹, herdeiros²⁰ ou órfãos²¹ do Império. O contributo literário desses sujeitos tem organizado a cena do que estamos nomeando de literatura portuguesa de autoria afrodescendente. Através destas, as memórias estão sendo escritas, bem como a complexidade da experiência identitária de pertencer - sendo ao mesmo tempo “europeus e africanos”, como escolhe designar Otele (2022) - e traduzir uma experiência ancestral trans territorial que só consegue ser plena quando contada a partir dos seus territórios de origem ou dos seus ancestrais (Harris, 1993, p.8). Por isso os trânsitos, os deslocamentos, a condição exílica e a experiência migratória surgirão como temáticas caras a esta literatura. As duas narrativas aqui em questão merecem ser lidas para além da “fusão catequista do estudo do humano” e do “inefável”, como quer tratar alguma crítica que desloca a obra da materialidade que essa produz. O cronotopo produzido nessas narrativas expõe “as questões direcionadas ao conflito, à dominação, à exploração, à ruptura, temporal ou a descontinuidade” (WReC, 2020).

O deslocamento da protagonista Vitória Queiroz resulta de uma fuga da sua família antes da eclosão do conflito armado, quando seu avô, um homem assimilado, já não conseguia dialogar com nenhum lado do conflito, ou por assim dizer, já não se beneficiava da guerra de lado nenhum, nem dos colonos, nem dos indígenas. Em razão da guerra, a família exila-se em Portugal. Já adulta, Vitória sente-se impelida a regressar e ir ao encontro da narrativa sobre sua mãe, sem a qual seu sentimento de pertença não conseguia ser construído na integridade, nem em Portugal, nem em Angola. A mãe é a árvore cujos rizomas conectam os dois territórios formando as “geometrias da memória” nas configurações da cartografia pós-colonial (Ribeiro & Ribeiro 2016). Em sua busca, Vitória enfrenta desafios relacionados ao não reconhecimento de sua identidade. É preciso lembrar que a modernidade capitalista para a qual o projeto colonial foi fundamental, “reestruturou padrões linguísticos, fenomenológicos, socioculturais e demográficos” (WReC, 2020, p.87). Os efeitos desse projeto são visíveis na experiência do afrodescendente transformada em marginal e traduzida, de forma mais ampla, sobre as sutilezas de uma língua não reconhecida, mesmo quando se trata do mesmo registro colonial; uma nacionalidade que precisa ser conquistada, quando não, objeto de questionamento (Henriques, 2018; Kilomba, 2019); uma negação do contributo histórico dos seus ancestrais na história dos lugares em que vive (Otele, 2022); e de forma mais específica, no direcionamento da literatura que produz para sistemas literários outros. A esses mecanismos que organizam um *modus operandi* que desloca a experiência do sujeito para a marginalidade, na Europa, Norman Ajari vai chamar de *condition noir* (2019). Tal condição, implica num modo de estar, todavia, sem efetivamente pertencer. Tal inviabilidade, na obra, surge metaforizada em interpelações cotidianas que são acometidas aos sujeitos afrodescendentes sob forma de questionamentos em torno dos seus hábitos linguísticos e comportamentais. A forma mais expressiva desta tentativa de construir a outridade na experiência portuguesa, a partir do deslocamento traduzido pela interpelação racista que tem como propósito marcar a alteridade e a estrangeiridade²² de afrodescendentes: “volta para tua terra”.

O contraponto que a narrativa oferecerá é de que, como uma mulher negra na diáspora, Vitória

cententes e as fronteiras da identidade”, assim como as demais publicações desse número temático In: OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES. (2019). Afrodescendentes em Portugal. Revista Migrações, #16, Lisboa, Portugal, dezembro. Disponível em www.om.acm.gov.pt. Acesso em 20 de Julh. 2022.

19 Ver em Esse Cabelo (2015) de Djaimilia Pereira de Almeida.

20 Ver em Ribeiro & Ribeiro (2019).

21 Ver em Ferreira (2021).

22 Ver Inocência Mata no texto “Estranhos em permanência: a negação da identidade portuguesa na pós-colonialidade”. In: SANCHES, M. R. (2006), *Portugal não é um país pequeno*, Lisboa, Cotovia.



terá sua identidade questionada em Portugal, mas também em Angola²³. Vitória cresceu numa vila e como muitos afrodescendentes em Portugal, viverá a ambivalência (ou na emergência de uma dupla consciência, como preferiu tratar W.E.B. Du Bois em *The Souls of Black Folk*, 1989) de dizerem-lhe estrangeira ao mesmo tempo em que receberá uma educação dentro dos limites de um Estado-nação empenhado em introjetar os valores nacionais por meio das instituições sociais. Talvez por isso, quando regressar à Angola, falte à protagonista “a espontaneidade de quem regressa à sua pátria” (Monteiro, 2018, p.28) como ela mesma declara.

Ao ser questionada acerca das narrativas que constroem o imaginário social angolano, por Romena, Vitória responderá de forma lacunar: “Conheces a história da nossa Rainha Ginga?”. Romena ironiza o seu silêncio dizendo: “Só as Marias²⁴ do teu Portugal” (Monteiro, 2018, p.34). De fato, o estranhamento de Vitória com a cultura do seu lugar de origem tem a ver com a perda de referências a partir do silêncio ritualístico implantado pela sua família pouco antes de emigrar para Portugal. Vale ressaltar que Vitória é neta de um avô assimilado, que, portanto, deixa Angola sob uma guerra para viver e se integrar na sociedade portuguesa – em sua outra pátria – numa condição conhecida como de “retornado” que marcou muitos portugueses atravessados por um acontecimento histórico – o movimento de voltar para Portugal após a descolonização. Diferente da menina, que se sabendo portuguesa, escolheu regressar ao lugar dos seus ancestrais, onde sua história se iniciou, portanto para ela, o regresso constitui-se numa espécie de pulsão de retorno na qualidade que Peralta e Oliveira (2016, p.186) definem como “evento memorial”; E dado que o trauma do retorno não pode ser associado diretamente à protagonista, visto que o deslocamento ocorreu ainda na primeira infância. Vitória, assim como Monteiro, figuram como herdeiras do trauma. Para essas, a dissolução do trauma herdado dar-se-á com o regresso, no caso da autora, simbólico, mediado pela ficção; no caso da personagem, físico, retornando ao território de origem.

5. À guisa de conclusão

Em ambas as narrativas a dialética do centro e periferia serão evidenciadas, quer seja na dimensão geopolítica local, como vimos em *As mulheres de Tijucopapo* – e os processos migratórios internos construídos na “periferia do capitalismo”, para utilizar um epíteto de Roberto Schwarz (1990) –; quer seja na sua dimensão local, como acontece no livro *Essa dama bate bué!* – e as migrações para

23 A expressão utilizada no título desse trabalho evoca uma realidade do racismo cotidiano (Kilomba, 2019) enfrentado por afrodescendentes em Portugal, mesmo para com as pessoas portuguesas de ascendência africana visto que são interpeladas com frequência acerca de onde são, quando não, convidadas a deixar o país com o uso da expressão “volta para tua terra”, partindo do princípio que Portugal não é território de/para pessoas negras. Mais sobre o tema é possível ser encontrado nos trabalhos da pesquisadora Joana Gorjão Henriques (2017, 2018), Silvia Maeso (2019) ou em narrativas literárias que tocam de alguma forma nessa “condition noir” a que são submetidos os afrodescendentes em Portugal.

24 Refere-se à Maria Velho da Costa, Maria Teresa Barreno e Maria Teresa Horta, as três autoras que marcam a derrocada do regime ditatorial do Estado Novo com a publicação da obra *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972. O livro teve o título inspirado na obra, *Cartas Portuguesas*, que reuniu as cartas de amor da freira Mariana Alcoforado para um soldado francês, seu amante, desde o convento que vivia em Beja. As três Marias assinam a obra em conjunto sem nunca revelar a autoria individual de cada texto que a compõe. A publicação que desafiou o regime trazendo temas e conteúdos censurados à época, foi gestada por essas mulheres num período simbólico de nove meses, durante o ano de 1971. Aludindo à situação de clausura da soror e à falta de liberdade para experienciar o amor, o livro dará relevo a temas como a própria condição de clausura da mulher na sociedade portuguesa, mas também, às guerras coloniais, violação, aborto entre outros temas que colocam em jogo os elementos da estrutura social patriarcal provocativos da falta de autodeterminação da mulher no contexto da ditadura.



os antigos espaços coloniais provocadas pelo desenvolvimento combinado e desigual implementado pelo colonialismo e sustentado na modernidade pela colonialidade do poder. Isso ocorre pela mais relevante confluência apontada pelas narrativas a partir da ideia de retorno. No entanto, o que motiva esses trânsitos é uma espécie de imposição gerada pela inviabilidade de construção do sentimento de pertença nos espaços dos centros metropolitanos para os quais migraram as personagens. Portanto, o regressar, seja físico ou subjetivo, apresentar-se-á como estratégia apontada por essas autoras para relacionar as geografias apartadas no contexto pós-colonial, ao fazê-lo, produzem a “*suspicious of nationalism*” (Brouillette, 2007, p.61) fundamental para compreender a exclusão dos afrodescendentes dos projetos de nação aqui em questão.

As narrativas nos devolvem às memórias não contadas sobre o exílio, sobre a guerra, sobre a experiência de ser migrante, com isso, revelam-nos os sinais do passado e as marcas impressas pelos lugares e pela história como “cicatrices corporais”, formando um testemunho político de uma representação ambivalente de uma identidade forjada no trânsito. A experiência do deslocamento para essa produção criativa e, com tal, é importante considerar a especificidade da diáspora para pensá-las, tendo em conta uma configuração contemporânea que vem sendo dada a este conceito, que tem a ver cada vez “menos [com] um estado de lugares geográficos e mais [com] um vaivém entre lugares tempos e cultura”. Também as narrativas compõem-se de um desejo irrefreável de encontrar um lugar, uma explicação, uma justificativa para o que as personagens se tornaram após os diferentes trânsitos e as diversas fronteiras atravessadas, à semelhança do que fazem suas autoras. É a busca por uma identidade autodeterminada, diversa e heterogênea (Butler and Domingues, 2020, pp. XI, XII) que nenhum limite político ou geográfico é capaz de evitar.

As duas narrativas aproximadas produzem uma similaridade: a marginalidade - resultante da colonialidade de poder persistente nos espaços em que cada uma das autoras está inserida. Esses espaços foram forjados e forjaram-nas a partir da experiência de dominação colonial resistente sob um *modus operandi* duradouro e estável presente nas estruturas das instituições. Nesses termos, esse lugar posicionado à margem é alcançado através de mecanismos como, por exemplo, o memoricídio a que a população afrodescendente foi submetida, no Brasil e também em Portugal. Nesse sentido, a literatura de autoria afrodescendente tem operado comprometida em construir essa memória, individual e coletiva, que devolve a este grupo a sua relação com o passado, e portanto, a sua agentividade, ao rejeitar o lugar de passividade ou excepcionalidade (Ottele, 2022) com que foram colocados nas histórias locais. Daí o caráter político assinalado por González (1995) que atravessa as duas narrativas.

Essa aproximação evidencia a defesa de um comparatismo que não se recusa a colocar em diálogo literaturas que não cabem nos limites geográficos do nacional, e neste caso, o faz sem omitir sua historicidade. As duas narrativas expostas, quando comparadas, traduzem o que Buescu e Mata (2017) chamaram de uma afirmação simbólica capaz de alcançar ao mesmo tempo o estético e o político, sobretudo porque conseguem expor nesta abordagem que “o passado colonial pode e deve ser reconhecido como história que atravessa todos os corpos nacionais, na sua espessura cultural e simbólica, a fim de que a realidade pós-colonial possa ser encarada, tanto nos países que são ex-colônias como na antiga potência colonizadora, na projeção do futuro das relações entre essas comunidades e o mundo” (Buescu and Mata, 2017, p.26). Dito de outro modo, as duas narrativas espacializam-se de forma a superar a lógica binária hierarquizante traduzida como, no caso do Brasil, Sudeste e Nordeste; no caso de Portugal, ex-colônia e ex-metrópole, ao alimentar a ideia de inseparabilidade dos territórios que forjam os sujeitos nas suas identidades diaspóricas na pós-colonialidade. Os sujeitos políticos narrados são consequências do entrelaçamento da história entre lugares, culturas e, sobretudo, dos



efeitos desse processo, e apesar de serem atravessados pelo passado colonial, continuam, nas margens da história que constroem, como “corpos situados fora da nação²⁵”. O que essas escritoras fazem, nesse movimento de escrita criativa, é retirarem-se das margens, assumirem o trânsito, e ajustarem os limites dos territórios e dos sujeitos a serem considerados no discurso literário local. Desse modo, e como argumenta Brouillette (2009), superam a crença de que são apenas vítimas dos anseios do mercado editorial revelando agência necessária para negociar seus temas e suas localizações conforme tem demandado este mercado.

“Volta para tua terra”, importa frisar, em diferentes línguas é o lema do racismo. É o anúncio da sentença do desejo lugar-comum do racista que almeja projetar para fora o elemento considerado estranho, estrangeiro. O que faz essas escritas ao repensar o regresso enquanto possibilidade física, mas como horizonte impossível, é subverter o lema racista. Voltar para a terra, mas qual terra? Se a ideia de casa-lar (Roland Walter, 2011) do sujeito da diáspora é forjado a partir de lugares e trânsitos no plural. Voltar para a terra, enquanto possibilidade do sujeito que escolhe regressar – para um lugar de origem seu ou dos seus ancestrais – é uma forma de reconectar-se a um território e história que também são seus. Esse regressar simbólico (imaginado, narrado) é um imperioso capaz de assumir que as identidades forjadas a partir de deslocamentos, do trânsito, da diáspora são moldadas tanto pelas forças globais econômicas da contemporaneidade, quanto pelo que acontece no interior dos Estados-Nação (Davies, 2010, p.749).

E, não por acaso, é uma estratégia de reconexão, de entendimento da própria história, e da subversão do lema lugar-comum do racismo imputado por aqueles que não os querem reconhecer. É um retorno para buscar a conexão e o sentido da história perdido, negado, esquecido. O regresso que gera mais perguntas do que respostas sobre a pertença. O regresso que só é possível imaginado, posto que foi nos sistemas literários metropolitanos que as narrativas foram gestadas, publicadas e tomaram impulso para circular. É por isso que, do ponto de vista das autoras, a ressignificação, neste caso, vai-se dar na própria cartografia literária de cada sistema onde estas publicam, embora não estejam necessariamente ali incorporadas por esses. Diferente de autores pós-coloniais canônicos, para os quais, segundo Brouillette (2007, p.61), “ser de lá” é uma espécie de passaporte literário” para acederem ao grande mercado editorial, não se pode ser de lá, sem antes também ser daqui. O *voltar para a terra* sintetizado na ideia de regresso figura, nesta literatura, o erguer as pontes em direção às memórias que recuperarão a vinculação entre pessoas e as histórias dos lugares dando-lhes sentido de pertença por meio do (re)conhecimento da própria história.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. (1980), “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: __. *Textos escolhidos*, Abril Cultural, São Paulo, pp.55-63.
- AJARI, N. (2019), *La dignité ou la mort*, La Découverte, Paris.
- ALMEIDA, D. (2018). *Luanda, Lisboa, Paraíso*, Lisboa, Companhia das Letras.
- BENJAMIN, W. (1987), “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: _____. *Ma-*
- 25 Mata (2021) em comunicação intitulada “The exilic experience Afro-descendant Portuguese Literature” apresentada no IV INTERNATIONAL SYMPOSIUM 2021 on Rewriting Africa in the Tout-Monde (20th-21st Centuries): Africa(s), Europe(s), America(s)-Caribbean(s), Asia(s). Em 24-26 Novembro 2021, Félix Houphouët-Boigny University, Abidjan, Ivory Coast.



gia e técnica, arte e política. 3ªed., Brasiliense, São Paulo, pp.197-221.

BOURDIEU, P. (2004). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3º ed., São Paulo: Zouk Editora.

BOURDIEU, P. (2003). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand.

BROUILLETTE, S. (2007), *Postcolonial Writers in the Global Literary Marketplace*, New York, Palgrave Macmillan.

BROUILLETTE, S. (2009), *Creative Labor, Mediations*, Spring, p.140-149. Disponível em https://mediationsjournal.org/files/Mediations24_2_08.pdf . Acesso em 27 de Set. 2022.

BROUILLETTE, S. (2014), *Literature and the Creative Economy*, Califórnia: Stanford University Press.

BUESCU, H. and MATA, Inocência (coord.). (2017), *Literatura-Mundo Comparada: Perspectivas em Português*, vol. I - Mundos em Português. Lisboa: Tinta da China.

BUTLER, K. D. and DOMINGUES, P. (2020), *Diásporas Imaginadas*, Perspectiva, São Paulo.

CALADO, M. (1648), *O valeroso Lucideno e triumpho da liberdade: primeira parte*, Paulo Craesbeeck, Lisboa, [16], 356 p. Disponível em https://purl.pt/13989/4/res-434-v_PDF/res-434-v_PDF_24-C-R0300/res-434-v_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0300.pdf (Acesso em 21 de julh. 2022)

CALVINO, Í. (2015), *As cidades invisíveis*, Dom Quixote, Alfragide, Portugal.

CARMO, C. (2015), “Da Memória à Pós-Memória: Ilações Políticas e a Ficção Literária Contemporânea”, *CERRADOS*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, nº40, ano 24, p173-185.

CERTEAU, M. (1998), *A invenção do cotidiano, artes de fazer*, Trad. Ephraim, A., Vozes, Petrópolis, RJ.

CHAUÍ, M. (1982), Prefácio. In FELINTO, Marilene. *As mulheres de Tijucopapo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

CRUZ, E. I. da (2020). Escrituras em Negro: cânone, tradição e sistema, *Cadernos de Literatura Comparada*, n.43, p.43-60. Disponível em <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/696> . Acesso em 11 Out. 2022.

DAVIES, C. B. (2010), “Mulheres caribenhas escrevem a migração e a diáspora”. *Revista de estudos Feministas*, 18, n.3, set-dez., pp.747-763.

FELINTO, M. (1982), *As mulheres de Tijucopapo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FERREIRA, P. M. (2020). *Órfãos do Império: Heranças Coloniais na Literatura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: ICS.

GONZÁLEZ, J. A. (1995), “Autotopographies”. In: BRAHM JR., G. and DRISCOLL, M. (ed.), *Prosthetic Territories. Politics and Hypertechnologies*. Boulder, CO: Westview Press, p.133-149.

HARRIS, J. (1993), *The Dynamics of the Global African Diaspora*, In:___ *Global dimensions os the African Diaspora*. 2ª ed., pp.6-21, Washington, Howard University Press.

HENRIQUES, J. G. (2018). *Racismo no país dos brancos costumes*, Lisboa, Tinta da China.

HIRSCH, M. (2008), “The generation of postmemory”, *Poetics today*, v.29, nº 1, pp.103-128.

HOOKS, b. (2019), *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*, São Paulo: Elefante.

KILOMBA, G. (2019), *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*, Lisboa, Orfeu Negro.

MONTEIRO, Y. (2018), *Essa dama bate buê!*, Lisboa, Guerra e Paz,.



- MONTEIRO, Y. (2022), Pretuguês, resistência e linguagem, Editora Todavia, *Quarta Capa* [podcast], acesso em Out. de 2022, Disponível em <https://open.spotify.com/show/3gRoUXJWc7pULoh9tkRHGt>
- NOUSS, A. (2016), *Pensar o exílio e a imigração hoje*, Edições Afrontamento, Porto.
- OTELÉ, O. (2022), *Europeus Africanos: uma história por contar*, Lisboa, Editorial Presença.
- PEREDES, M. (2015), *Combater duas vezes: mulheres na luta armada em Angola*, Vila do Conde, Portugal, Verso da História.
- PENNA, J. C. (1995), Marilene Felinto e a diferença, *Revista de crítica Literária Latinoamericana*, Ano 21, nº41, pp.213-253. Disponível em <https://doi.org/10.2307/4530805> Acesso em 05 de out. 2022.
- PERALTA, E.; OLIVEIRA, J. G. (2016), Pós-memória como herança: fotografia e testemunho do “retorno” de África, *Configurações: Revista de Sociologia*, Sociedade, Autoridade e Pós-memórias, pp. 181-197. Disponível em <https://journals.openedition.org/configuracoes/3290> . Acesso 01 Nov. de 2022.
- PEREIRA, M. do R.; COUTINHO, S.M. (2021). Padê Editorial e Nega Lilu: representatividade feminina no mercado editorial independente. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n.62, pp.1-13. Disponível em DOI: <http://doi.org/10.1590/2316-4018621> . Acesso em Nov. de 2022.
- PIEIDADE, V. (2017), *Dororidade*, São Paulo, Editora Nós.
- QUEIROZ, A.; LIMA; M. N. M.; WALTER, R. (2011), “O espaço literário da diáspora africana”, *Literatura, cultura e memória negra*, UEFS, n12, p.9-34.
- QUIJANO, A. (2005), “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”, In CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, pp. 117-142. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 10 de Jun. 2022.
- RIBEIRO, M. C. (2019), “Viagens à minha terra de ‘outros’ ocidentais”. In: RIBEIRO, M. C. and ROTHWELL, P. *Heranças pós-coloniais nas literaturas de língua portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, pp.219-307.
- RIBEIRO, M. C. (2020), “Uma história depois dos regressos: a Europa e os fantasmas pós-coloniais”. *CONFLUENZE*, Vol. XII, n. 2, pp. 74-95, ISSN 2036-0967, DOI: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/12169> . Acesso em Jun. de 2022.
- SILVA, M. A. and LAGE, A. C. (2017), “Histórias negadas e memórias esquecidas das heroínas de Tejucupapo”. In: *Congreso ALAS*, Uruguai, 31, Anais, pp.1-17. Disponível em https://www.easypanners.net/alas2017/opc/tl/4865_marciano_antonio_silva.pdf . Acesso em Jul. 2022).
- SOARES, E. V.; ALVES, A. A. (2015), Literatura e materialismo cultural: uma proposta de análise. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 30, núm. 2, Maio/Agosto.
- TINHORÃO, J. R. (2019). *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*, Alfragide, Portugal: Caminho.
- WALTER, R. (2011), O espaço literário na diáspora africana: reflexões teóricas, *A cor das Letras, Número Temático: Literatura, cultura e memória negra* – UEFS, n.12, p.10-34.
- WRc - Warwick Research Collective. (2020), *Desenvolvimento combinado e desigual: por uma nova teoria da literatura-mundial*. Trad. Zanflice, G., Editora da Unicamp, Campinas, SP.
- VARELA, P.; PEREIRA, J. A. (2020), As origens do movimento negro em Portugal (1911-1933): uma



geração pan-africanista e antirracista”, *Revista de História*, [S. l.], n. 179, p. 1-36. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/159242> . Acesso em 10 de Out. 2022.

VASILE, I. (2021), Essa dama bate bué e o cânone literário angolano, *Studia UBB Filologia*, LX, 4, p.239-250. Disponível em DOI:10.24193/subbphil.2021.4.16 . Acesso em Nov.de 2022.

ZUMTHOR, P. (2018), *Performance, recepção, leitura*, 3ª ed., Trad. Ferreira , J. P. and Fenerich, S., UBU, São Paulo.

ZUMTHOR, P. (1989). *Les contrebandiers*. Montreal: l’Hexagone.